



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

Ata da 24ª Reunião Ordinária da CPNP NR 29

Locais: CENTRONAVE/SINDOP - Centro - Rio Grande - RS

Data: 30 de março de 2012.

Verificação de quorum: a coordenação procedeu à chamada individual dos representantes, sendo confirmada a presença em número suficiente para a realização da 24ª Reunião Ordinária. Ausências não foram previamente justificadas.

- 1- Leitura da ata da 23ª reunião ordinária** realizada em Vitória/ES que foi antecipadamente enviada aos titulares por bancada para análise, sugestões e correções; Após a leitura foi aprovada.
- 2- Continuação de análise de alteração referente ao uso de trava de segurança nos ganchos – proposta de inclusão do subitem 29.3.5.24.1** - José Pedro Oliosi (TPS), não compareceu e justificou sua ausência, entretanto o tema foi debatido, José Adilson e Ernani comentaram sobre a ocorrência de dor nos ombros dos trabalhadores ao usarem a trava dos ganchos e solicitam a dispensa do uso da trava devido ao peso do acessório que sobrecarrega os ombros, relataram que trabalhadores alguns deles já foram operados e se afastaram e questionou o fato do setor patronal não apresentar uma alternativa segura. Foi sugerida uma solução regional tendo em vista a dificuldade de alteração da norma devido a uma situação particular. O coordenador sugeriu que fossem realizados estudos ergonômicos e adequação de procedimentos e que a título de ilustração a rotação da carga no porão poderia ser minimizada pelo uso de acessório de estivagem complementar e que tal medida estaria encontrando obstáculos devido ao peso adicional destes acessórios e a diminuição da capacidade de carga dos atuais guindastes portuários, aumentando o risco de queda de carga. Por fim todos concordaram que o problema deveria ser tratado regionalmente, conforme sugestão constante da ata da 23ª RO realizada em Vitória.
- 3- Apresentação do resultado da reunião com a CNA em São Paulo, sobre o tema referente à inclusão do subitem 29.3.9.6 - Segurança e Armazéns e Silos – FUNDACENTRO, DSST – titular CNA.**

29.3.9.6. Segurança em Armazéns e Silos (Proposta original FUNDACENTRO)

29.3.9.6.1 – Os armazéns e silos devem dispor de sinalização horizontal em seu piso, demarcando área de segurança para o trânsito de pessoas e sinalização vertical que indique outros riscos existentes no local;

29.3.9.6.2 – Os armazéns e silos que gerem poeiras explosivas devem dispor de sistemas que suprimam sua formação, através de ventilação local exaustora ou outro sistema que mantenha a concentração de poeiras em limites seguros.

29.3.9.6.3 – Toda administração portuária que tenha em sua área de abrangência armazéns e silos que contenham granel sujeitos à formação de atmosferas explosivas deverá dispor de regulamento interno que estabeleça normas de segurança para a entrada e permanência de pessoas nestes locais, liberação e serviços a quente como solda elétrica ou corte a maçarico (oxiacetileno), circuito elétrico e iluminação classificado para este tipo de área e sistema de aterramento que controle a energia estática. Devendo ainda comprovar com documentação a efetiva execução das recomendações de segurança para o controle dos riscos de explosões e incêndios.

29.3.9.6 – Segurança em Armazéns e Silos. (Proposta FUNDACENTRO modificada e discutida na CNA)

29.3.9.6.1 – Os armazéns e silos devem dispor de sinalização horizontal em seu piso, demarcando área de segurança para o trânsito de pessoas e sinalização vertical que indique outros riscos existentes no local;

29.3.9.6.2 – Nos locais onde uma atmosfera explosiva de gás, vapor, névoa e/ou poeira combustível esteja presente ou possa estar presente é obrigatório:

a) elaborar e manter no local de trabalho o estudo de classificação de áreas e o laudo das instalações elétricas / eletrônicas em atmosferas explosivas, elaborados conforme normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis; serem assinados por profissional legalmente habilitado e com recolhimento de ART;

b) instalar materiais, peças, dispositivos, equipamentos e sistemas equipamentos elétricos em ambientes com atmosferas potencialmente explosivas em conformidade com as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis;

- c) avaliar, quanto à sua conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação, os materiais, peças, dispositivos, equipamentos e sistemas destinados à aplicação em instalações elétricas de ambientes com atmosferas potencialmente explosivas,
- d) elaborar e manter no local de trabalho as certificações dos equipamentos e materiais elétricos em áreas classificadas;
- e) dispor de proteção específica e dispositivos de descarga elétrica nos processos ou equipamentos susceptíveis de gerar ou acumular eletricidade estática;
- f) executar inspeção inicial, periódica e supervisão contínua por pessoal qualificado de acordo com as normas NR-10 e em conformidade com as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis;
- g) preceder de treinamento específico de acordo com o risco envolvido nos trabalhos em áreas classificadas;
- h) realizar os serviços em instalações elétricas em áreas classificadas somente mediante permissão para o trabalho com liberação formalizada, conforme estabelece o item 10.5 da NR-10 ou supressão do agente de risco que determina a classificação da área.
- i) implementar medidas de controle e de sistemas preventivos de acordo com o que dispõe a NR-10.

29.3.9.6.3 – Toda administração portuária que tenha em sua área de abrangência locais onde uma atmosfera explosiva de gás, vapor, névoa e/ou poeira combustível esteja presente ou possa estar presente deverá dispor de regulamento interno que estabeleça normas de segurança para a entrada e permanência de pessoas nestes locais, liberação para serviços a quente como solda elétrica ou corte a maçarico (oxiacetileno), circuito elétrico e iluminação classificado para este tipo de área e sistema de aterramento que controle a energia estática, devendo ainda comprovar com documentação a efetiva execução das recomendações de segurança para o controle dos riscos de explosões e incêndios.

O representante da CNA Sr. Fayet explicou que a redação era técnica e que ainda faltaria os ajustes jurídicos. Foi comentado que a atividade nestes ambientes de trabalho envolveria riscos pessoais e patrimoniais e seriam abordados em seu conjunto. Os problemas de explosão em silos já foram discutidos largamente e há necessidade de normas rígidas sobre o assunto. Fayet encerrou sua fala se comprometendo a trazer na próxima reunião a minuta do enunciado. Antonio Carlos comentou que a proposta inicial consistia na inclusão de anexo no formato RTP sobre orientação na movimentação de

granéis sólidos, o que foi rejeitado pela bancada patronal que alegou o fato de que uma RTP ficaria maior que a própria norma, o que levou a FUDACENTRO a propor a inclusão de alguns itens específicos à norma. Representante do CNI alega que vários itens já existiam em outras NR. O coordenador explicou que alguns itens da proposta estariam mais detalhados que nas outras NR e mais objetivos para as atividades portuárias. O principal objetivo neste caso seria o de prevenção dos riscos de pontos de ignição. Foi comentado sobre a dificuldade quanto à sinalização horizontal nos armazéns e silos. Antonio Carlos apresentou os itens sugeridos anteriormente: 29.3.9.6.1, 29.3.9.6.2, 29.3.9.6.3. Guanito sugeriu a manutenção do item 29.3.6.3 e supressão dos demais. Rosângela concordou que o item 29.3.13.3 da NR-29 já contemplava a sinalização, razão pela qual poderia ser suprimido o item 29.3.9.6.1. Fayet propôs levar o texto 29.3.9.6.2 para novo estudo em suas bases. Foi proposta a substituição do termo “administração portuária” por “instalações portuárias”. o que foi aceito por todos. Antonio Carlos sugeriu a manutenção do subitem 29.3.9.6.1, a retirada do 29.3.9.6.2 e alteração do subitem 29.3.9.6.3 com nova redação, tais alterações seriam enviadas via e-mail para o representante da CNA que mais uma vez discutiria com seus técnicos antes da próxima RO quando então entraria em pauta um texto consolidado seguindo o regimento das CTT. Todos concordaram com o encaminhamento do tema.

Proposta de texto final decidida na reunião e que será submetida a nova análise pela CNA.

29.3.9.6 – Segurança em Armazéns e Silos. (Proposta FUNDACENTRO modificada e discutida na 24ª RO da CPNP)

29.3.9.6.1 – Os armazéns e silos onde houver o trânsito de pessoas, devem dispor de sinalização horizontal em seu piso, demarcando área de segurança e sinalização vertical que indique outros riscos existentes no local;

29.3.9.6.2 – Toda instalação portuária que tenha em sua área de abrangência local onde uma atmosfera explosiva de gás, vapor, névoa e/ou poeira combustível esteja presente ou possa estar presente deverá dispor de regulamento interno que estabeleça normas de segurança para a entrada e permanência de pessoas nestes locais, liberação para serviços a quente como solda elétrica ou corte a maçarico (oxiacetileno), circuito elétrico e iluminação classificado para este tipo de área e sistema de aterramento que controle a energia estática, devendo ainda comprovar com documentação a efetiva execução das recomendações de segurança para o controle dos riscos de explosões e incêndios.

- 4- Aprovação final das modificações já consolidadas da NR 29 para o encaminhamento à CPTT;** O coordenador explicou que enviou para os membros da CPNP uma cópia da NR 29 com todas as alterações, inclusões, itens modificados e revogados, onde estaria em “azul” o texto

original e em “vermelho” a alteração. Conforme teria sido tratado com a representação patronal sobre as alterações relativas à substituição de “OGMO” por “tomadores de serviço” nos subitens relativos à CPATP, a resposta patronal não havia sido enviada e que por iniciativa própria a coordenação procedeu à referida mudança, esperando que fosse resolvida a questão durante a atual reunião ordinária. Alertou que caso fosse consenso a NR 29 modificada poderia ser enviada para a próxima RO da CPTT em junho deste. Por sua vez a bancada patronal solicitou mais 30 dias para discussão interna e a resposta a ser enviada por e-mail ao coordenador que encaminharia o resultado aos demais componentes da comissão. Ficou definida a data de 30/05 a data limite.

- 5- Proposta de inclusão subitens 29.4.1.1 e alíneas – Local de Aguardo de Serviço. MTE/DSST.** O Coordenador fez a apresentação inicial do texto proposto para inclusão recordando que durante a visita ao porto de Pecém tal inclusão se mostrou necessária e que teria sido consenso, pois apesar de tanto investimento naquele porto, o local de aguardo era sombrio e desagradável, justificando tal iniciativa em ser detalhado condições mínimas do referido ambiente na NR 29. Após leitura do texto sugerido, Guanito propôs adequação da alínea f aos itens da NR-17 sobre aspectos ergonômicos. A bancada patronal sugeriu que fosse acrescentando uma rotina de escala para dimensionamento dos assentos de acordo com o número de trabalhadores em atividade. O representante da CNI Sr. José Luis, propôs que fosse adequado a “alínea i” para não restringir o material que poderia ser utilizado. Antonio Carlos sugeriu uma subcomissão a se reunir ainda neste dia para adequar o texto. José Adilson sugeriu incluir “local adequado” para os operadores de equipamentos do tipo guindastes, uma vez que trabalham em regime de revezamento, argumentou poderia ser discutido esse local específico paralelamente, sem interferir no local de aguardo de serviços geral. Ficou acertado que a bancada dos trabalhadores apresentará proposta sobre pausas dos operadores de guindastes em regime de revezamento para a próxima reunião ordinária.

29.4.1.1 – O local de aguardo de serviço deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- a - ter paredes em alvenaria ou material equivalente;
- b – ter pisos em concreto, cimentado ou material equivalente;
- c – ter cobertura que proteja contra as intempéries;
- d – ter área de ventilação correspondente a 1/10 (um décimo) da área do piso;
- e – ter iluminação natural e artificial;
- f – ter assentos em número suficiente para atender aos usuários;
- g – ter pé-direito mínimo de 2,80 m (dois metro e oitenta centímetros) ou respeitando-se o que determinar o Código de Obras do município;

- h – ter instalações elétricas adequadas/protegidas;
- i – ser identificado de forma visível.
- j – não ser utilizado para outras finalidades.

6- Proposta de inclusão de subitens na NR 29 acerca do uso de moegas na descarga de granel – MTE/DSST. Foi apresentada análise do acidente ocorrido no terminal portuário TESC na área portuária de São Francisco, SC, ocorrido na descarga de barrilha, onde morreram devido a AT por desmoronamento da moega, dois TPA, sendo um na atividade de capatazia e outro na de estiva. Em seguida foi realizada apresentação PPT, pela AFT Soraya Silveira (CORITIPA/PE), proposta de inclusão na NR-29 de subitens relativos à segurança das moegas. O texto e correspondente justificativa foram previamente enviados para todas as bancadas de acordo com previsão regimental. Foi sugerida a inclusão de 5 itens e apresentada a justificativa para tal. Durante a explanação foi sugerido ainda a inclusão da palavra “grab” aos subitens do item 29.3.8.4 da NR-29. Quanto aos aspectos ergonômicos da moega foi observada a necessidade de se colocar itens tais como: esforços realizados na abertura e fechamento dos bocais de descarga, local de acionamento sem cobertura, com acesso inadequado, sem proteção contra poeiras, entre outros. O ensaio de ultrassom foi colocado prioritariamente devido a sua eficiência de resultados. A bancada patronal alegou que os outros itens relacionados ao equipamento devem ser seguidos pela NR-12. Após a apresentação, Guanito (FNP) questionou sobre a redundância com itens já existentes na norma, tais como periodicidade das inspeções e visualização de carga máxima. José Luiz (CNI) questionou sobre a exigência específica do exame de ultrassom e não outro tipo de ensaio não destrutivo. Houve dúvidas sobre quem profissional habilitado poderia realizar os testes não destrutivos e se responsabilizar pela emissão dos certificados. Rosângela (MTE) sugeriu a inclusão na NR definição de profissional habilitado. Jose Luiz sugeriu trazer um técnico na área para discutir a operacionalização do ultrassom. O representante dos trabalhadores no porto de São Sebastião comentou que as moegas utilizadas naquele porto possuíam filtros para controle de poeiras e que o acionamento da moega é realizado em terra de modo que o trabalhador não precisaria acessar a mesma. José Adilson sugeriu a inclusão da questão referente ao apoio do grab mecânico sobre a moega. A coordenação, tendo em vista a apresentação de imagens da moega utilizada no porto de São Sebastião/SP sugeriu e pôs em discussão a possibilidade de uma reunião extraordinária específica para o tema, a ser realizada no porto de São Sebastião/SP com o objetivo constatar a eficiência e segurança da moega/funil em uso naquele porto. A proposta foi aceita por unanimidade e ficou agendada para o próximo dia 16 de maio uma visita técnica ao referido porto, quando seria debatida a proposta de inclusão na NR 29, o texto básico ofertado pela bancada de governo. A coordenação solicitou ao representante dos trabalhadores ali presente e

que é reside em São Sebastião que adiantasse o assunto naquele porto, também solicitou à representante do MTE Rosangela Mendes, que é Gerente da SRTE/SP em Santos que providenciasse junto ao AFT em exercício em São Sebastião que também promovesse os entendimentos iniciais sobre a visita.

29.3.5.23. As moegas, fixas ou móveis, usadas na descarga de granéis sólidos devem ser submetidas a inspeções de segurança com ultrassom, ou similar, para verificação de soldas e desgaste do material que possam vir a comprometer a estrutura do equipamento.

29.3.5.23.1. A inspeção deve ser realizada por pessoa física ou jurídica habilitada e com emissão de ART.

29.3.5.23.2. A inspeção é obrigatória antes da primeira utilização do equipamento e periodicamente efetuada pelo menos uma vez a cada doze meses.

29.3.5.23.3. Devem ser fixadas em local visível a carga máxima do equipamento e a altura máxima para cada carga de acordo com a densidade da mesma.

29.3.5.23.4. Quando operados manualmente devem oferecer condições ergonômicas adequadas para seu manuseio.

7- 3º Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário - encaminhamentos para sua realização - FUNDACENTRO. O coordenador justificou a inclusão do tema e passou a palavra para o representante da FUNDACENTRO Antonio Carlos que comentou sobre as atuais dificuldades da instituição em decorrência escassez de recursos para tal evento. Maria Mucillo (FUNDACENTRO/RS) explicou melhor as dificuldades e acrescentou que sua instituição só poderia auxiliar na organização. José Luis, da CNI, informou que o CNPQ está disponibilizando considerável quantia para execução de congressos, entretanto seria necessário um projeto para tal. O tema não prosperou e mais uma vez foi adiado o debate e iniciativa.

8- NORMAM 30 volume II sobre o Ensino Profissional Marítimo para Portuários e Atividades - Marinha do Brasil/DPC. Com a palavra o Com. Fernando Gomes da Costa apresentou as exigências para credenciamento de empresa para ensino junto ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), previsto na NORMAM 30. O Sr. Jose Luiz (CNI) questionou se aquela NORMAM iria afetar as atividades nas plataformas e se existiriam cursos específicos para os tripulantes não aquaviários que desenvolvem atividades diversas nas plataformas, questionou se o SENAI teria de ser credenciado para os cursos que está ministrando. Foi indagado ainda se a NORMAM atingiria os trabalhadores portuários

contratados por tempo indeterminado sem matrícula no OGMO, uma vez que as empresas estariam treinando esses trabalhadores, porém com matéria e métodos diferenciados em relação à habilitação tratada pelo OGMO ou Marinha. O comandante Fernando sugeriu que as dúvidas suscitadas lhe fossem enviado por e-mail para uma resposta mais detalhada. Na discussão foi comentado que o trabalhador não portuário estaria sendo mais bem qualificado que o TPA que está no sistema por direito e Ernani (CONTTMAF) complementou que muitas vezes além dos cursos da Marinha os operadores treinam novamente o mesmo trabalhador para tecnologias mais modernas, ou seja, estariam pagando duas vezes pela mesma habilitação. O representante da CONTTMAF Jose Adilson comentou que até os próprios TPA estão constituindo fundo para seus cursos, devido a morosidade e qualidade dos ministrados pelo EPM, alertou que se faz necessário uma urgente atualização programa dos cursos da Marinha. O coordenador comentou que muitas vezes o TPA é escalado, recebe e não trabalha, pois não tem condições de operar os equipamentos e que outro trabalhador que domina a operação e tecnologia realiza o trabalho. José Adilson enfatizou que o ensino da DPC é uma barreira, pois seus cursos não atenderiam a atual demanda tecnológica, e os TPA estariam perdendo espaço para terceiros. Quanto à área de saúde e segurança seria necessário cursos específicos e não apenas módulos desse assunto inseridos em outros cursos. Antonio Carlos sugeriu projeto para atividade portuária pela Marinha com melhor qualidade nos cursos. O representante da DPC se comprometeu em reportar aos seus superiores os fatos ali narrados.

- 9- Outros assuntos.** Guanito (FNP) apresentou um acidente do trabalho de trajeto, ocorrido próximo ao portão de acesso do porto de Santos. A vítima era um trabalhador portuário cedido pelo OGMO para operadora portuária Libra Terminais e que foi atropelado por locomotiva durante manobra da composição. Citou os fatores que contribuíram para o acidente e sugeriu que fosse feita inclusão do tema em itens da NR-29. Guanito acrescentou ainda que autoridade portuária é a responsável pelas regras de trânsito no local. As bancadas, patronal e de governo entendeu já existe previsão legal para o controle de manobras ferroviárias do tipo e que não teria como ser contemplado tal assunto na norma.

A seguir foi o coordenador que solicitou aos presentes que analisassem o local para a 25ª Reunião Ordinária da CPNP, uma vez que foram propostos dois locais: porto de Suape/PE e Porto de Vila do Conde/PA. Após o debate sobre as propostas, ficou decidido por unanimidade a escolha do Pará, agendado inicialmente para os dias 9 e 10 de agosto (quinta e sexta-feira), com visita ao porto de Vila do Conde no dia 9 e reunião ordinária em Belém dia 10.

Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos da presente reunião.

Folha de presença assinada por 26 pessoas, entre membros da CPNP e público em geral.